



Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

Submissão: 03/07/2024 | Aprovação: 02/08/2024



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/16568>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v18i31.16568>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 18 | N. 31 | Jul-Dez, 2024, pp. 55-70



OS PARTIDOS COMUNISTAS NO BRASIL E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: RESISTÊNCIA, CONCEPÇÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE LUTAS *COMMUNIST PARTIES IN BRAZIL AND THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: RESISTANCE, POLITICAL CONCEPTIONS AND STRUGGLE STRATEGIES*

César Alessandro Sagrillo FIGUEIREDO  

Universidade Federal do Norte Tocantins - UFNT (Brasil)¹

Resumo: O Brasil possui dois partidos comunistas consolidados desde o início dos anos 60: O PCB e o PCdoB. Após o advento da ditadura civil-militar brasileira, em 1964, ambos os partidos passaram a ser sistematicamente perseguidos pela corporação militar e, justamente por isso, buscaram construir respostas frente ao arbítrio militar elaborando projetos políticos que visassem romper com o regime de exceção, assim como vislumbrassem uma estratégia para o socialismo. Portanto, este artigo possui como objetivo principal examinar comparativamente as estratégias de luta dos Partidos Comunistas (PC's). No tocante a metodologia, tratar-se-á de um trabalho qualitativo que visa a reconstituição histórica através de bibliografias referentes aos elementos mais significativos do contexto internacional e nacional. Como resultado da pesquisa, constatamos que os PC's tiveram muita dificuldade de colocar em prática as concepções política, tanto em face do ajuste das diretrizes internacional para a conjuntura nacional, mas sobretudo pela forte caçada do aparato repressivo.

Palavras-chave: Partidos comunistas. Ditadura Civil-Militar. Luta Armada. Concepções Políticas. Estudos Partidários.

Abstract: *Brazil has two consolidated communist parties since the early 1960s: The PCB and the PCdoB. After the advent of the Brazilian civil-military dictatorship, in 1964, both parties began to be systematically persecuted by the military corporation and, precisely for this reason, they sought to construct responses to military discretion by developing political projects that aimed to break with the regime of exception, thus as they envisioned a strategy for socialism. Therefore, this article's main objective is to comparatively examine the fighting strategies of Communist Parties (CPs). Regarding methodology, it will be a qualitative work that aims to reconstitute history through bibliographies referring to the most significant elements of the international and national context. As a result of the research, we found that the CPs had great difficulty in putting political conceptions into practice, both due to the adjustment of international guidelines to the national situation, but above all due to the strong persecution of the repressive apparatus.*

Keywords: *Communist parties. Civil-Military Dictatorship. Armed Struggle. Political Conceptions. Party Studies.*

¹ Doutor em Ciência Política na linha de pesquisa de Política Internacional pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pós-doutorado Literatura e Semiótica pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professor Adjunto IV em Ciência Política no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT) e Coordenador do Grupo de Pesquisa GELIPE - Grupo de Estudo em Literatura, Política e Ensino, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. E-mail: cesarpolitika@gmail.com

INTRODUÇÃO

As origens dos partidos comunistas no Brasil deitam as suas raízes no Partido Comunista do Brasil, que se utilizava da sigla PCB, fundado em 1922, possuindo uma forte herança das lutas do anarco-sindicalismo do início do século XX no Brasil. Porém, mesmo sendo um partido tão longevo, passou parte da sua existência na clandestinidade pela caracterização política de ser um partido antissistema (SARTORI, 1982), precisamente pelo fato que sempre buscou pregar uma radical transformação da sociedade a partir da perspectiva marxista-leninista. Os breves períodos de legalidade foram os seguintes: 1) entre 1945-1947, no governo Dutra; posteriormente; 2) no período de 1958 até 1964, momento em que viveu uma semilegalidade consentida; finalmente, 3) vindo a ter a sua legalidade com o fim da ditadura civil militar-brasileira² (1964-1985), entretanto, nessa quadra histórica cindido em dois Partidos Comunistas (PC's).

No tocante a secção dessa seara política, torna-se importante registrar que foi produto das lutas partidária do final dos anos 1950. Como reflexo do seu V Congresso de 1960, duas tendências comunistas passariam a conflitar e cristalizando-se em duas organizações distintas, quais sejam: 1) uma maioria com a orientação da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) e pregando uma transição pacífica ao socialismo no plano nacional, vindo a constituir-se como Partido Comunista Brasileiro (PCB); e, 2) uma minoria insistindo na via revolucionária de tomada de poder, apoiada pela China, passando a se organizar como Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a partir de 1962. Essa demarcação será muito importante para o estudo em tela, uma vez que iriam definir os rumos políticos e estratégias partidárias de combate a ditadura civil-militar brasileira a partir dos anos sessenta.

Embora com diferentes enfoques no tocante a estratégia de luta, com o advento da ditadura em 1964, essas organizações comunistas tiveram que acionar diferentes formas de respostas políticas a fim de combater o torcionário ditatorial. Ou seja, precisavam manter o rumo estratégico para a construção do socialismo, uma vez que era o objetivo fim partidário, assim como, no plano imediato, necessitava romper com a feroz caçada por parte do aparelho repressivo aos PC's, a fim de salvaguardar as suas vidas.

Portanto, nesse contexto extremamente adverso, possuímos como objetivo principal examinar comparativamente quais foram as linhas tático-estratégicas que o Partido Comunista Brasileiro (PCB)

² Utilizamos conceitualmente ao longo do artigo o termo “civil-militar” ao nos referenciarmos ao período ditatorial brasileiro. Apenas o termo genérico “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, a isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese do golpe e manutenção da ditadura, desta forma, reiteramos o aporte do termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura.

e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) utilizaram para romper com os limites impostos pela ditadura civil-militar ao longo dos anos 1960 e início dos 1970 a fim de se inserir na política nacional e fazer frente ao regime, igualmente, verificar quais os modelos internacionais serviram de exemplo para a consecução da luta empreendida. Justificamos o período temporal, pois foi o momento em que houve a reafirmação das diretrizes políticas de ambas as organizações, assim como houve a tentativa de inserção na luta armada (1968 a 1975), como uma das formas de opção elaborada pelas secções emergidas do velho tronco comunista (Gorender, 1988). Ou seja, demarcamos esse cenário como um período clímax extremamente importante, haja vista definiu os rumos das organizações partidária no imediato a ruptura institucional e os caminhos que seguiriam a partir da redemocratização do país em 1985.

A fim de cumprir com o objetivo proposto, dividiremos nosso artigo nos seguintes momentos:

1) discussões acerca do rompimento da democracia e as concepções políticas empreendidas pelo PCB no período inicial, igualmente, destacaremos a fragmentação partidária em face da luta interna fomentada pela proposta de luta armada impulsionada por parcelas da sua militância. 2) A reafirmação da estratégica política do PCdoB e a tentativa da implementação do maoísmo através da Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Quanto aos procedimentos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo visando a reconstituição histórica, bem como procurando examinar comparativamente os PC's a partir de revisão bibliográfica dos elementos mais significativos do contexto internacional e nacional que busquem aludir os objetivos propostos.

PCB: REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA, LUTA INSTITUCIONAL E O EXEMPLO CUBANO

Podemos dizer que o Golpe civil-militar de 1964 serviu como divisor de águas para toda a esquerda brasileira. O PCB, naquele período, ainda era o maior partido de esquerda nacional; não obstante o seu tamanho, veio a ter toda a sua estrutura orgânica atacada pelo aparato estatal coercitivo, do mesmo modo, teria a sua linha política questionada no imediato a ruptura institucional pelos seus quadros políticos. Convém explicitar que antes do advento da ditadura a luta interna já se fazia presente, sobretudo ao longo do governo de João Goulart (1961-1964): 1) por um lado, parcelas de militantes insistiam na transição pacífica ao socialismo e com apoio às *Reformas de Base* impulsionados pelo programa governamental de Goulart. 2) Por outro lado, havia militantes pecebistas discordantes desse atrelamento a um governo liberal reformista, tentando imprimir um

descolamento político e um posicionamento mais esquerdizante por parte da agremiação comunista (Figueiredo, 1993).

Porém, o golpe ceifou quaisquer discussões para que a unidade partidária chegasse num consenso entre reforma e revolução (Segato, 1995), haja vista no imediato a instalação da ditadura tiveram que se preocupar em salvaguardar as suas próprias vidas da repressão que rapidamente se abateu sobre toda a esquerda, principalmente com fúria ao PCB. Os tão propalados dispositivos legais de defesa dos comunistas não apareceram, da mesma forma não havia nenhum projeto de resistência para romper com o cerco da iminente ditadura, sobrando, portanto, para a militância um cenário onde literalmente a ordem era se virar como fosse possível da sanha repressiva.

Portanto, em face do fracasso e da derrota de 1964, os militantes do PCB iriam, de fato, começar as disputas internas para analisar se permaneceriam no alinhamento tático-estratégica reformista ou partiriam para concepções mais revolucionárias, melhor dito, se mantinham a sua linha política tida como reformista advinda desde o V Congresso ou entrariam definitivamente na seara da insurreição armada. Discussões extremamente complexas, uma vez que o partido operacionalizava em sintonia com o alinhamento emanado pelas diretrizes Comunistas Internacionais, definindo todas as políticas para os países latino-americanos. De acordo com os cânones do marxismo internacional, a matriz teórica era emanada pela URSS, conseqüentemente, servindo como base para as demais agremiações comunistas tributárias de Moscou.

Nesse sentido, era necessário se reorganizar no plano nacional e abafar qualquer tentativa mais rebelde no seio pecebista. Contudo, em face da insurreição armada da Revolução em Cuba de 1959, os ventos rebeldes começavam a soprar com mais força no Brasil, a despeito do intento da direção comunistas que preconizavam um alinhamento irrestrito a União Soviética. Torna-se importante frisar que, justamente, em função dessa linha política pacifista, o PCB nunca fora um entusiasta dos adventos revolucionários na América Latina:

O PCB tratou de passar em branco as duas crises em que o grupo de Fidel Castro se opôs ao monopólio organizativo que velhos burocratas do antigo Partido Socialista Popular (comunistas) tratavam de impor ao processo de unificação partidária dos três grupos que havia participado ativamente na luta contra o regime de Batista. O PCB tampouco procurou ser parte das duras polêmicas entre a direção cubana e PCs da América Latina sobre as vias de luta pelo poder, catalisadas pela oposição “via reformista/ via revolucionária”. (Sader, 1991, p. 175).

Em síntese, mediante a conjuntura brasileira, a direção do PCB estava muito mais disposta a reerguer o partido e a buscar culpados pelo fracasso, do que a possibilidade de tentar compreender o processo cubano e a possibilidade de insurreição armada para livrar o Brasil da ditadura. Ou seja,

mesmo próxima geograficamente, Cuba era uma influência política ainda muito distante do espectro comunista da direção partidária pecebista. Isso posto, passado o primeiro susto do golpe, os comunistas começariam a lentamente a reconstruir o PCB nos trilhos do mesmo alinhamento tático-estratégico com o intuito de reinseri-lo na seara da política nacional, a despeito de todas as críticas que começava a reverberar na estrutura partidária.

Quanto ao cenário político, devemos enfatizar que embora os militares no Brasil tenham imposto uma ditadura civil-militar, tentavam passar um semblante de certa “normalidade” nas instituições democrática, por exemplo, com partidos e eleições regulares - mas a custa de muitas cassações de mandatos, prisões e exílios de oponentes. Tal fórmula orquestrada pelos militares ficaria às claras com a institucionalização do AI-2, que extinguiu de vez com os partidos políticos, criando apenas duas agremiações legais dentro de um regime bipartidário controlado pela ditadura. Havia, então: 1) por parte da oposição consentida, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro; e, 2) por parte da situação, a ARENA – Aliança Renovadora Nacional (Kinzo, 1988).

Esse aspecto peculiar da ditadura militar brasileira se tornaria muito importante para as opções políticas empreendidas pelo PCB, pois foi justamente nesse cenário de oposição consentida que o PCB tentou reorganizar o seu caminho. Conforme Maria Dalva Kinzo na obra, *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB* (1988), o PCB seria uma das primeiras organizações políticas que apoiaram o MDB desde o seu nascedouro, em 1965, através da dupla militância: a legal no MDB e a ilegal no PCB. Embora com limitado tónus dentro do MDB em face das perseguições sofridas, os comunistas começavam a gestar dentro desta agremiação política legal a continuidade da sua tática política de antes do golpe, na esperança de se unirem aos democratas mais avançados.

No entanto, a parcela mais exaltada e que já estavam desde meados do Governo Goulart buscando um caminho mais aguerrido e revolucionário, começaria a ser voz dissonante, a partir desse momento nitidamente audível e vindo a contrapor as diretrizes políticas continuístas oriundas do V Congresso de 1960. Entre as primeiras vozes que despontavam surge a figura de Carlos Marighella, personagem de importância do Comitê Central (CC) e ex-deputado constituinte do partido em 1947; porém, ainda cioso e respeitoso da linha política do CC (Gorender, 1987).

Não obstante, as fagulhas começariam a ser acesas, principalmente, com o advento da eleição de 1966, a qual iria eleger os senadores, deputados federais e deputados estaduais do período - grande parte da militância comunista se rebelou e não concordou entrar no “jogo da ditadura”. Torna-se pertinente enfatizar que conforme o PCB foi se enquadrando nos processos políticos previamente conduzidos pela ditadura, uma parcela de militantes, especialmente as novas adesões partidárias no

pós 64, iriam se distanciando da linha tática do PCB. Nesse cenário, procuravam novos exemplos de luta a fim de se romper com a diretriz partidária vigente e trilhar outro percurso contra a ditadura militar, conseqüentemente, Cuba seria o novo farol do socialismo a ser seguido por militantes mais radicais.

Assim sendo, se antes Cuba, para os comunistas do PCB, parecia ser um lugar tão distante, em face da mudança conjuntural, parcela da esquerda brasileira buscava o exemplo cubano como estratégia revolucionária. No meio dessas discussões, chegavam clandestinamente as obras de Che Guevara, *A Guerra de Guerrilhas* (1980) e, principalmente, o livro de Régis Debray, *Revolução na Revolução* (1967), exemplificando a luta travada por Fidel Castro e servindo como verdadeiros manuais para a consecução revolucionária. Essas publicações eram apresentadas como receituário para romper com o imobilismo do PCB, em outras palavras, se não houvesse as condições objetivas para a revolução, ela seria construída, mesmo acima do aparato do PCB e com o risco de rompimento partidário. (Sader, 1991).

Podemos dizer que esses livros “fizeram a cabeça” de uma nova geração que aderiu à luta política no curso do pós-64. Ainda, importante registrar que esses novos personagens, embora inseridos no PCB, não tinham experiência de militância do tempo das *Reformas de Base* do governo Goulart, portanto, sendo um fator que os tornavam mais descompromissados com o modelo imprimido pelo CC desde o V Congresso partidário.

A fim de buscar novamente uma unidade partidária e abrandar os ânimos mais aguerridos, ocorreu a realização do VI Congresso partidário em 1967. Além das adversidades ocasionadas pela clandestinidade e pela perseguição da polícia política, havia grandes fissuras visíveis entre a militância, conseqüentemente, rachando de cima a baixo o PCB: da base até a direção partidária. Tais abalos fizeram com que o CC imputasse fortemente as regras de obediência ao centralismo democrático; no entanto, eram insuficientes para abrandar os ânimos dos militantes mais exaltados e dispostos a uma mudança radical da linha tático-estratégica de transição pacífica do PCB.

Com o intuito de tirar de circulação, ou mesmo mudar de Estado os dirigentes contrários à linha política do partido, o CC deslocava-os para outras regiões do Brasil com o objetivo de puni-los. Contudo, tal atitude teve o efeito contrário, pois deu mais combustível para o incêndio, uma vez que estes dirigentes ativariam bases em todo o Brasil. O Comitê Central foi perdendo a sua unidade, melhor dito segundo seus adversários internos, a unidade era apenas aparente visando a legitimação das teses do VI Congresso partidário. Mesmo com as manobras da direção, a oposição foi se estruturando em todo o Brasil e surgindo a denominada Corrente Revolucionária: “De início agrupou-

se em torno de dirigentes tradicionais que, aliás, haviam desempenhado papel chave na elaboração e defesa das formulações de 1958-1960: Mario Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Carlos Marighella” (Aarão Reis Filho, 1990, p. 47).

No tocante às teses do VI Congresso, mesmo vivendo em uma ditadura civil-militar, a linha tático-estratégica do partido não foi modificada: revolução por etapas - nacional e democrático, com a tática de Frente Única. Quanto à Frente Única, esta pretendia reunir uma ampla coalizão de militantes e progressistas nacionais democráticos dentro do MDB, com o intuito de promover uma ampla frente legal para combater a ditadura. Nas palavras de Gorender (1987, p. 90): “propunham as Teses a derrota da ditadura militar através das alianças com a oposição burguesa e dos arranjos de cúpula. Reiterava a confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução”.

Tais diretrizes são radicalmente rechaçadas por grande parte da militância. Os debates em torno da tese iam atestando a perda da coesão interna do PCB, pois várias sessões estaduais aprovavam teses radicalmente contrárias. Assim o CC foi perdendo por maioria em diversos Estados, entre os quais destacam-se: Rio Grande do Sul, que tinha a presença de Jacob Gorender; São Paulo, dirigido por Marighella, ainda somava as derrotas sofridas no Rio de Janeiro e Guanabara. Segundo Gorender (1987, p. 91), “sob o controle de Prestes e Giocondo Dias, a Comissão executiva não se dispôs a aceitar as derrotas com espíritos democráticos. A situação de clandestinidade facilitava o desrespeito às decisões das assembleias e conferências”.

Devemos, ainda, enfatizar que além dos quadros mais experientes e temperados ao jogo do Comitê Central havia, também, uma nova geração de militantes afluía às organizações de esquerda no caudal dos movimentos de massas na luta contra a ditadura. No tocante aos movimentos contestatórios, a segunda metade dos anos 1960 se tornara fértil, com sucessivas passeatas e greves operárias que retornavam ao cenário político. Não obstante o volume das manifestações de massas e o fluxo de novos militantes que buscavam uma maior radicalização do PCB em suas teses, a disputa estava encerrada e quem vencida era a coalizão majoritária que dominava o Comitê Central, naquele momento, mais uma vez endossada por Prestes - para os opositores sobrava o óbvio: a expulsão.

Em face da exclusão dos oponentes da tese de 1967, os dissidentes buscaram se articular visando uma unidade a fim de novamente, assim como o PCdoB em 1962, (re)construir um partido realmente revolucionário. Porém, as adversidades tornavam muito mais difíceis à unidade, pois a repressão estava em seu encalce, ou seja, além das divergências teóricas e programáticas a unidade era prejudicada pela repressão que começava a atingir como mais eficiência os dirigentes comunistas.

A unidade não vicejou, fazendo com que a partir de cada dissidência regional surgisse uma organização própria, segundo Aarão Reis Filho (1990, p. 49): “As dissidências se pulverizavam. Com acordo demasiadamente genéricos e dirigentes muitos jovens e inexperientes não formaram lastro suficiente para estruturar uma organização partidária nacional”.

Não obstante ao processo de tentativa de luta armada pelas dissidências políticas, o velho PCB tentava participar do curso da luta legal através do MDB, reativando bases e buscando se inserir nas eleições de 1970. Assim sendo, aproveitando essa brecha, a direção do PCB buscava reconstruir o partido mesmo sob caçada brutal da ditadura, portanto, tentando a duras penas construir novas alternativas de lutas. Tais tentativas de inserção legal faziam com que o PCB perdesse mais ainda o seu atrativo para a juventude radicalizada, que preferia o caminho da luta armada, nominando o velho partido como imobilista e reformista. Também, a reconstrução no seio da classe trabalhadora, que seria a classe por natureza do partido comunista, tornava-se um cenário de difícil construção em face do aparelho repressivo: a esquerda encontrava-se acuada pela ditadura militar e sobrava pouquíssimo poder de manobra no quadro político institucionalizado. (Santana, 2001).

62

Quanto às tentativas da esquerda comunista dissidente, em meados de 1970, é organizada a Frente Revolucionária, que seria uma união informal dos vários grupos armados visando trocas logísticas com o intuito de efetivar operações armadas. Mas, seria uma nova perda, conforme Daniel Aarão Reis Filho (1990, p. 73): “A derrota surpreenderia em 1964. Um drama político. Depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros”. Assim, os comunistas se deparavam em poucos anos com a sua segunda derrota, sobravam sonhos, mas faltavam condições objetivas e físicas para operacionalizar uma virada política - a guerrilha urbana fora sumariamente aniquilada no início dos anos 70, mesmo com todo o voluntarismo que houve de uma geração.

No tocante ao PCB, em virtude da fragmentação das dissidências, iria inaugurar um novo caminho por meio das eleições de 1974 e 1978 (Kinzo, 1988), sendo, conseqüentemente, outra página escrita na sua história política com vista a tentar se reinserir no cenário nacional e combater a ditadura civil-militar nos seus anos finais. Todavia, sendo novamente abatido pelo aparato repressivo em face da *Operação Radar* em meados dos anos 70, pois o aparelho torcionário visava localizar os últimos dirigentes do CC, a fim de sequestrar e matá-los, de modo a cortar definitivamente a cabeça do comunismo no Brasil (Pandolfi, 1995).

A CONCEPÇÃO CHINESA DE GUERRA POPULAR PROLONGADA: O PCDOB E EPÍLOGO DO MAOÍSMO

O PCdoB, diferentemente do seu rival, começava já a partir do golpe a definir uma linha política de enfrentamento à ditadura civil-militar, no entanto, em virtude do seu tamanho reduzido, o seu poder de fogo era pequeno, quando comparado com os comunistas do PCB. Convém explicitar que desde antes do Golpe buscava alinhar-se com o Partido Comunista Chinês (PCCh), diferenciado radicalmente da aludida proposta pacifista do seu coirmão. Portanto, a partir de 1964, as teses revolucionárias de inspiração chinesa caem perfeitamente como uma luva para o PCdoB. Em 1966, o PCdoB realiza a sua 6ª Conferência, onde aprovavam o documento, *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonista* (2000). A linha política tinha nítida inspiração chinesa, conforme trecho:

A concepção da guerra popular pressupõe intenso trabalho político e de organização entre as massas. Implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal dos choques armados é o interior do país e que a luta será dura e prolongada. (PCdoB, Documentos Históricos, p. 112)

Torna-se importante registrarmos algumas observações em face da linha política do PCdoB:

1) primeiramente, os comunistas dessa agremiação absorviam a linha tático-estratégica de concepção chinesa – Guerra Popular Prolongada, segundo os cânones do maoísmo; 2) a questão da tática de guerrilha nada tinha em comum com o foquismo cubano, pelo contrário, o PCdoB rechaçava-os, justamente pela insistência de que o protagonismo da direção da luta era dado pelo partido, segundo o modelo leninista, diferentemente do que pensavam grupelhos armados egressos do PCB que buscavam formar um foco de luta; e, 3) o palco principal de luta era o campo, que deveria cercar as cidades.

Naquele momento, estava em evidência a figura de Mao Tse Tung e o seu modelo de revolução, servindo de inspiração para a esquerda dissidente do aparato soviético, era o Maoísmo tomando conta, sendo para muitos uma nova etapa do pensamento marxista: Marx, Lênin, Stalin e Mao. Deste modo, seguindo o modelo da Revolução Chinesa, o foco se daria no campo a partir de uma estratégia de revolução prolongada, pois no maoísmo o personagem principal era o camponês.

o maoísmo se caracteriza pela valorização do camponês, não só como ator principal na luta pela “tomada do poder”, mas também como vanguarda no projeto de construção do socialismo. Essa foi, sem dúvida, a marca registrada do maoísmo e sua principal inovação do ponto de vista do pensamento revolucionário do século XX (Aarão Reis Filho, 1991, p. 113).

Com o intuito de melhorar as bases teóricas e militares, o partido envia ao longo da década de 1960 algumas dezenas de militantes para treinamento na China, justamente com o intuito de se formarem de acordo com a linha política do PCCh. Nessa mirada, a partir de 1966 o PCdoB constituiu uma comissão política supersecreta que começou a elaborar os planos para a constituição de uma guerrilha aos moldes chineses, escolhendo como área estratégica o norte do atual estado do Tocantins e o Sudeste do Pará, na região do Araguaia conhecida como Bico do Papagaio. Para tanto, começaram a deslocar para a área alguns militantes, muito vagarosamente, com o intuito de, num primeiro momento, viverem como lavradores na região, com objetivo era ganhar a confiança da população e, posteriormente, desenvolverem uma luta política com a finalidade de futuramente implementar a guerrilha rural.

Ao mesmo tempo, como um segundo plano, buscavam nas cidades, construir e influenciar o quadro de uma política de massas nas várias instâncias de luta em que se constituía a oposição à ditadura militar. Porém, o MDB não era saudado como objetivo tático, pois era a seara do PCB. Segundo Gorender (1987, p. 207), “nas cidades – consideradas cenário de segunda ordem -, o PCdoB se dedicou ao proselitismo discreto e à propaganda sem estardalhaços, o que não atraiu a atenção dos órgãos da repressão policial”.

Essa linha política, assim como o PCB, geraria seções na seara do PCdoB. Militantes mais afoitos ao papel da luta armada e com o intuito de seguir as outras organizações que se dedicavam às armas concluía que o PCdoB estava, igualmente ao rival, imobilista e burocrático. Estes militantes geraram novas cisões, surgindo assim, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) em 1966, que acreditava que o foco da luta deveria ser no Nordeste. Noutros estados, principalmente em São Paulo, surgiu o PCdoB-Ala Vermelha em 1967 - que adotaria o nome de Ala Vermelha e passou a efetivar ações armadas de combate a ditadura. Podemos dizer que essas cisões foram erros de cronogramas, uma vez que o PCdoB já preparava o processo de luta armada no campo no Araguaia, mas não podia de forma alguma ser externalizado em face da feroz repressão.

Quanto a região do Araguaia, fora a área escolhida pela direção do PCdoB para ser o palco da luta estratégica do PCdoB pelos seguintes motivos: 1) era um espaço de complicado acesso, no meio da Floresta Amazônica, o que tornava ainda mais difícil para os militantes serem descobertos neste local. Ainda, 2) era um território composto por um movimento contínuo de trabalhadores rurais, zona de grilagem de terra e conflitos agrários, também com um grande atraso, tanto econômico quanto cultural, em relação aos grandes centros urbanos. Ou seja, seria o local ideal para fomentar um conflito e buscar uma insurreição armada (Portela, 1980).

Os militantes do PCdoB começaram a ser deslocados muito sigilosamente já no ano de 1966, a partir da discussão e aprovação dos documentos da 6ª Conferência. Alguns militantes vinham diretamente do exterior, oriundos de cursos militares realizados na China. Foram formados três destacamentos: A, B e C, com o intuito de receber os militantes que lá chegavam. Destaca-se que, conforme explicitado, no curso da luta política no Brasil e com o aprofundamento dos instrumentos coercitivos da ditadura militar (AI-5), o Araguaia se tornava um refúgio quase que natural. Pois, com os militantes cassados nas cidades e as cidades cercadas, sobrava pouco espaço para continuar a luta no meio urbano. O partido não impunha aos militantes a ida para o Araguaia, mas expunha-lhes os documentos partidários, colocando a par e ofertando um novo campo de luta - enfatizando que era uma ida sem volta, uma vez que precisavam manter segredo da região aonde iria se deflagrada a luta.

A partir de 1969, principalmente, as lideranças estudantis mais “queimadas” pela repressão são deslocadas para a área estratégica do partido. Um trabalho duro e árduo, tanto no trajeto, quanto pela adaptação na região. Os militantes comunistas tinham as seguintes atribuições: 1) legais: se passar por moradores locais na condição de novos posseiros, onde criava-se uma pequena comunidade de moradores egressos do centro do país, sendo chamados pelos camponeses locais como paulistas; e, 2) ilegais: treinar militarmente na região (floresta amazônica) e tentar construir um trabalho político junto aos moradores do Araguaia. Em síntese, de acordo com as máximas do maoísmo, deveriam viver como os agricultores para que os mesmos se sentissem iguais aos paulistas (militantes do PCdoB) e, assim, garantir o avanço político no curso da luta que pretendiam desenrolar. Seguindo as máximas do exemplo do Maoísmo chinês:

[...] a perspectiva de guerra de longa duração, acumulando forças a partir das bases revolucionárias situadas em regiões “fronteiriças”, de difícil acesso, a estratégia do cerco das cidades pelo campo, a luta pela obtenção da mais perfeita sintonia com as aspirações populares (o guerrilheiro deve operar junto às massas como um peixe na água) (Aarão Reis Filho, 1991, p. 116).

Embora esforço preliminar, em abril de 1972 começou a chegar na área da futura Guerrilha as forças militares com o intuito de desarmar os quadros do PCdoB. Porém, chegava no Araguaia um exército muito mal preparado, ainda sem noção de como agir num conflito no meio da floresta amazônica. Portanto, por mais poderio militar que as tropas das forças armadas tivessem, não foi possível efetivar, num primeiro momento, uma boa incursão de combate à guerrilha. Os guerrilheiros tinham conseguido se preparara melhor, criando silos no meio da floresta para esconderem a sua produção agrícola e visando alimentá-los no período da guerra, assim como contavam com apoio e simpatia da população local.

Porém, as forças guerrilheiras eram muito menores que o efetivo dos militares que foram se avolumando no curso da luta. Conforme estudo, a partir dessa primeira investida, os militares passaram a se preparar de modo mais efetivo e pesadamente contra a guerrilha do PCdoB, inclusive com logística de guerra: estudando a região, mandando investigadores disfarçados como compradores de terras, etc. Em meados de 1973 o conflito estava no auge. A ditadura consegue cortar o contato da guerrilha com a cidade, melhor dito, a ligação entre a região de confronto e São Paulo, onde estava o Comitê Central, fora seccionado pelos militares através da prisão e assassinato de militantes na cidade. Logo, interrompendo o elo político da guerrilha com a cidade (partido), consequentemente, a luta guerrilheira começava a findar.

A região ficara conflagrada e encurralada pelo exército, visto que ninguém saía da zona de conflito. A ditadura, naquele momento, não queria presos políticos vivos, pois não admitia que a Guerrilha do Araguaia fosse exposta na imprensa. (Gaspari, 2002). No centro do país, nenhuma nota era vinculada, visto que a imprensa estava severamente censurada, portanto, a guerrilha não existia, mas agonizava no norte do país. Considera-se como sendo uma das últimas grandes lutas na região o final do ano de 1973, justamente no momento em que a comissão política tentava se reorganizar, mas sendo dizimada pelo exército que estava a sua espreita. Com poucos militantes vivos na área, aquela que era para ser o Sendero da revolução popular prolongada aos moldes chineses definhava: faltavam armas, apoio, militantes, e àqueles ainda resistentes, iam sendo sumariamente aprisionados, torturados e assassinados.

Quanto à população da região, igualmente fora vítima dos militares, pois com o intuito de localizar os militantes, prenderam praticamente toda a população dos pequenos povoados, torturando-os com o intuito de fazê-los fornecer informações sobre os paulistas. A guerrilha formalmente foi considerada extinta pelas forças armadas no ano de 1975: O resultado final foi dezenas de mortos e desaparecidos políticos. Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho (1991, p. 131):

O estudo atento dos Escritos Militares de Mao Zedong não ajudaria a chamada ‘esquerda armada’ a escapar do mais delirante vanguardismo, em cujas malhas seria rapidamente destruída em luta desigual com a polícia política, sem apoio da população [...]. Contrariando ensinamentos do maoísmo, sempre foram ‘peixe fora da água’.

O fim da luta armada no Brasil se encerra em 1975, definitivamente, com o ocaso da Guerrilha do Araguaia. A fim de fazer uma análise da derrota política, o PCdoB tentou elaborar um balanço do ocorrido para avaliar o projeto realizado em setembro de 1976: “a Comissão Executiva aprovou um documento intitulado Gloriosa Jornada de Luta, que comunica o término da guerrilha sob a forma de dispersão temporária dos combatentes e não do seu aniquilamento” (Gorender, 1987, p. 212). A

discussão final iria ser determinada por uma reunião que seria realizada pelo Comitê Central em dezembro de 1976. Portanto, até aquela data, a guerrilha ainda era um debate inconcluso. Segundo as críticas de Gorender (p. 212), nesta reunião de dezembro, venceu a tese de Pedro Pomar que apresentava os seguintes aspectos: 1) “a necessidade de reconhecer a derrota completa do objetivo de desencadeamento da guerra popular”; e, finalmente e mais demolidor 2) “o erro principal da subordinação do papel do partido. Bastaria mais um avanço da análise para que Pomar caracterizasse a inspiração foquista do plano aplicado pelo PCdoB”.

Porém, as aplicações políticas destas resoluções não puderam vicejar – os caminhos foram outros, pois a polícia política obteve informação sobre a realização de uma reunião do CC, logrando, assim, capturar toda a cúpula do PCdoB. A casa foi localizada e a ditadura conseguiu prender a direção partidária, alguns são assassinados sumariamente no local pela repressão em dezembro de 1976. Nesta reunião morreram dirigentes que tinham estado no Araguaia, entre esses, Ângelo Arroyo. Com a assassinato desses quadros se consumou, definitivamente, para a ditadura a questão do maoísmo no Brasil e do Araguaia, pois conseguiram prender e, finalmente, assassinar os últimos dirigentes vivos da guerrilha. O Araguaia, realmente, tinha tido um ponto final, passando essa ocorrência para a história como a Chacina da Lapa (Pomar, 1987).

Fechando a análise, assim como o PCB, o Partido Comunista do Brasil encerrava o início dos anos 1970 de certa forma aniquilado, em virtude da derrota da sua empreitada maoísta. Isso posto, para buscar sair desse quadro, tentava se inserir no bojo das lutas da segunda metade dos anos 1970, tendo como cenário os pleitos eleitorais ao longo da década e vindo, finalmente, a compor o MDB nos seus anos finais assim como o seu rival comunista. Do mesmo modo, iria buscar um caminho junto aos novos movimentos sociais que surgiam, principalmente o sindical, entretanto, seria um espaço de extrema disputa para um partido tão fragilizado em face das prisões, desaparecimentos políticos e exílio – ainda haveria no final da década o surgimento de novas lideranças e partidos vinculados aos trabalhadores com a emergência de grandes protagonistas do cenário político, esvanecendo o brilho da seara comunista (Santana, 2001; Meneghello, 1989).

CONSIDERAÇÕES (NÃO TÃO) FINAIS: OS PC'S RESISTEM

Somente no quadro global de todo um conjunto social e estatal (**e, frequentemente, também como interferências internacionais**) é que resultará a história de um determinado partido, por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque seu aspecto característico (Gramsci, 2007, p. 87) (**grifos nossos**).

Concluindo o artigo, podemos visualizar o cenário extremamente adverso para as agremiações comunistas durante 21 anos de ditadura civil-militar, sendo sistematicamente combatidas, dizimadas e tendo o seu Comitê Central assassinado. Conforme exposto, mesmo com todas as dificuldades do período, de modo muito parcimonioso e buscando a inserção no quadro político, ainda, conseguiram fazer parte do mundo da grande política nacional por meio do MDB na viragem da década de 1970, em face da descompressão do aparelho repressivo e com o fim do AI-5 em 1978. Entrariam na disputa muito fragilizados e palmilhando o cenário com novos atores emergentes, todavia, sem haver um ponto final na história política dos PC's brasileiros, haja vista mantiveram-se ativo ao longo das décadas seguintes.

Portanto, retomando ao objetivo proposto pelo artigo, tínhamos o intuito de examinar quais foram os caminhos trilhados pelos PC's após o advento da ditadura civil-militar, tanto no tocante a saída que os mesmos pretendiam seguir para romper com a opressão ditatorial e reconquistar a democracia, quanto pelos caminhos e estratégias para chegarem definitivamente ao socialismo, com recorte temporal do final dos anos 1960 e início dos 1970. De acordo como estudo, de modo comparativo, vimos que o PCB e o PCdoB tomaram dois caminhos bem diferenciados, mesmo que o final pretendido fosse a etapa superior socialista. No tocante ao PCB, a agremiação insistiria numa linha institucional apoiando o MDB desde o seu nascedouro, enquanto que o PCdoB já no imediato ao golpe civil-militar passaria a enviar militantes para treinamento de guerrilha na China.

No tocante a alinhamento do PCB ao MDB, conforme analisado, causaria uma grande ruptura da sua militância, uma vez que os quadros mais radicalizados estavam firmemente convencidos pela proposta de luta armada. Naquele momento, o grande farol da revolução era Cuba, sendo o país que exportava o modelo de revolucionário aos demais países latino-americanos como se fosse uma verdadeira escola de guerrilha. Logo, os militantes descontentes do PCB não aceitaram as alianças com a burguesia nacional, por conseguinte, romperam com o PCB a partir do VI Congresso do partido em 1967 e realizaram a opção armada. Podemos dizer que sobraram sonhos para essa militância em divergência com CC, pois criaram diversas organizações guerrilheiras sem unidade prática de ação, desafortunadamente, sendo abatidas no início dos anos 1970.

Da parte do PCdoB, em virtude do seu atrelamento ao PCCh, alinhavam-se ao ideário de Mao Tse Tung como sendo o Sendero da revolução socialista no Brasil, conseqüentemente, colocando toda a sua força partidária no que se convencionou chamar de Guerrilha do Araguaia. Essa Guerrilha perdurou do ano de 1972 até 1975, quando foi totalmente aniquilada, fazendo com que maioria dos seus combatentes figure até os dias atuais como desaparecido políticos. Embora ocorrendo uma

derrota da luta; no entanto, parte da direção PCdoB demorou em reconhecer a ruína partidária, uma vez que o reconhecimento representaria o fracasso do modelo maoísta impulsionado pelo partido desde o início dos anos 1960.

Em síntese, mesmo com distintas linhas tático-estratégicas, ambas as organizações sofreram os reveses de uma ditadura civil-militar que não poupou os seus oponentes. Mediante já realçado, embora com projetos diferenciados e com secções nas suas searas políticas, ambas organizações procuraram dar respostas de modo diferenciado para sair dos liames ditatoriais. Ainda, destacamos que nos repertórios de ações e projetos políticos, os modelos internacionais exógenos prevaleciam, muitas vezes, promovendo quase que um ajuste forçado de modo acrítico a fim de adaptar a teoria à realidade nacional – como foi o caso 1) da política emanada da União Soviética para o PCB, 2) das diretrizes maoísta do PCdoB, e, 3) inclusive dos ventos cubanos fomentando as dissidências dos PC's.

Concluindo, além da cruel e feroz repressão, podemos dizer que estes modelos forçados advindo do plano internacional, também refletiram nos fracassos partidários. Ou seja, embora abundassem projetos e sonhos, a situação real na viragem dos anos 1960 para os anos 1970 eram muito adversa para os comunistas revolucionários, uma vez que os sonhos se materializaram em forma de pesadelos com prisões, torturas, mortes e desaparecidos políticos.

No tocante ao quadro político nacional, buscando fechar uma linha do tempo e dialogando com o objetivo do artigo, mesmo com derrotas no plano tático-estratégico no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 em face da fragmentação do PCB pelo alinhamento irrestrito ao MDB e do PCdoB pelo ocaso do maoísmo, os partidos conseguiram a duras penas se manterem ativos e darem respostas no quadro das lutas nas décadas vindouro. Contudo, em virtude das derrotas sucessivas acabaram por perder o protagonismo junto a classe operária que eles tanto queriam emancipar e ser a direção. Concluindo, sobrando para os PC's um longo e tortuoso caminho durante a década de 1980 e, principalmente, nos anos 1990 com a crise do socialismo real – mas, reiterando, sem um ponto final do legado dos comunistas nas lutas políticas brasileiras.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. O maoísmo e a trajetória da esquerda brasileira. AARAO REIS FILHO, Daniel & QUARTIM, João. **História do Marxismo no Brasil**. O Impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991. V 1, p. 105-132.

DEBRAY, Regis. **Revolução na revolução**. Havana: Casa de Las Américas, 1967.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?:** alternativas democráticas à crise política: 1964-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

GUEVARA, Ernesto Che. **A guerra de guerrilhas.** São Paulo: Edições Populares, 1980

KINZO, Maria D`Alva Gil. **Oposição e Autoritarismo:** gênese e trajetória do MDB – 1966/1979. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

MARIGHELLA, Carlos. **Mini manual do guerrilheiro urbano e outros textos.** Junho de 1969. Mimeo.

MENEGUELLO, Raquel. **PT:** a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

70

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros:** memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos históricos: In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro.** São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa:** como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB - São Paulo 1976. São Paulo: Busca Vida, 1987

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil.** São Paulo: Global, 1980.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In. AARÃO REIS FILHO, Daniel (Org) **História do Marxismo no Brasil.** O Impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991. V 1, p. 157-184.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos:** comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boi Tempo, Rio de Janeiro, 2001.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários.** Rio de Janeiro: Zahar/Brasília:UNB, 1982.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução:** as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.